



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2017.

Nº. 6/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento, e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informou o Sr. Presidente que se realizou a reunião agendada no dia 10 do corrente mês, no Cineteatro Municipal, para apresentação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020, com a presença do Sr. Ministro do Ambiente e da Sr^a. Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, e que a mesma reunião incluiu uma visita ao Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçálinho.

Informou igualmente que a Comissão de Acompanhamento das Obras de Requalificação do IP2 no concelho de Castro Verde, reuniu no passado dia 13, em Entradas, com os deputados eleitos pelo distrito de Beja (João Ramos, do PCP, Pedro do Carmo, do PS, e Nilza de Sena, do PSD) no sentido de analisar, em conjunto, “in loco” as consequências decorrentes das últimas intervenções no IP2, e que são responsáveis pelo constrangimento da atividade económica da região, com especial impacto na agricultura, comércio e turismo, colocando diariamente em causa a segurança rodoviária de todos os utilizadores do IP2.

Adiantou o Sr. Presidente que os deputados mostraram-se sensibilizados com o problema e afirmaram estar disponíveis para desenvolver esforços no âmbito das suas competências e atividade parlamentar para que sejam encontradas soluções capazes de minimizar os danos que esta situação está a causar.

Informou ainda o Sr. Presidente que no período da tarde do mesmo dia, a mesma Comissão reuniu com o deputado José Luís Ferreira, do Partido Ecologista “Os Verdes” e com os dirigentes distritais do mesmo partido, uma vez que os mesmos entenderem ser oportuno visitar “in loco” a situação,

após a audiência parlamentar ocorrida na Assembleia da República, no passado dia 22 de fevereiro, e que estes demonstraram mais uma vez o seu total empenho para a resolução dos problemas em causa.

Referiu também o Sr. Presidente da Câmara que o Partido Comunista Português apresentou um projeto de resolução, na Assembleia da República, sobre as acessibilidades no distrito de Beja, tendo incluído no mesmo projeto a situação dos acessos ao IP2.

Informou o Sr. Vereador Paulo Nascimento da participação da Câmara Municipal na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) sob o tema a observação das aves ou “birdwatching”.

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Paulo Nascimento por não ter estado presente na mesma reunião.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Convite da AMAlentejo para participar no seu 1º. Fórum sob o tema “Refletir – Propor – Agir” a realizar no próximo dia 2 de Abril, em Campo Maior.
- “E-mails do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento da pergunta feita ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas sobre: “IP2 condiciona circulação e atividade económica no concelho de Castro Verde; dos Projetos de Lei do Partido Comunista Português sobre: a “Regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados e alteração à lei da nacionalidade”; as condições de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais” e sobre o regime jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e regula as atribuições, competências e funcionamento dos respetivos órgãos; e do seu voto de solidariedade “sobre os presos políticos saharauis detidos em Marrocos”.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - 2ª. alteração ao Orçamento e Opções do Plano – 2017:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2017, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Formalmente proponho, que a Câmara Municipal de acordo com preceito legislativo aprove na próxima reunião, a alteração nº. 2 dos documentos previsionais de 2017 (Orçamento e Gop,s).”

Apreciada a proposta de alteração ao Orçamento e Opções do Plano, onde o Sr. Presidente prestou a respetiva informação complementar, foi a mesma submetida a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho

Pereira, aprová-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2. - Emissão de parecer prévio para a celebração de contrato de aquisição de serviços:

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 51.º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa e avença.

Considerando a obrigação prevista no número anterior, apresentou a Secção de Aprovisionamento e Património a emissão de parecer prévio para a celebração do contrato de aquisição de serviços, por ajuste direto, com Alice Maria Vilaça da Silva, para a prestação de uma única tarefa na área da avaliação psicológica, pelo valor de 112,50 € (regime simplificado).

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 49º 5º e 12º da Lei nº.42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017), deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

3. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato de decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas, a Pedro Miguel Currinha Samarra, em representação da Casa do Benfica em Castro Verde, para a realização de música ao vivo, no âmbito dos festejos do seu XIV aniversário, em frente da sua sede, sita na Rua João de Deus, das 10 às 22 horas.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, ratificar o ato de decisão em causa relativamente à concessão da referida licença espacial de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras de loteamentos municipais:

- **Autorização de procedimento para abertura de concurso público para adjudicação da empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água de Castro Verde – Fase II – Ação de redução de perdas e seccionamento da rede:**

Conforme proposta formalizada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, autorizar o procedimento da abertura de concurso público para adjudicação da empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água de Castro Verde – Fase II – Ação de redução de perdas e seccionamento da rede, aprovando o respetivo projeto de execução, mapa de trabalhos e estimativa orçamental, sendo que o valor do contrato ascende a 140.000,00 € e a execução dos trabalhos num período de 90 dias.

Obras particulares/outros:

- **Projeto de arquitetura:**

Apreciou a Câmara o projeto de arquitetura apresentado por Fábio Francisco Pinto Faísco Belchior para construção de moradia unifamiliar de rés-do-chão e ginásio de dois pisos, na Rua do Poço Cavaco, lote A, em Castro Verde.

A Câmara em face do parecer emitido sobre o mesmo projeto pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprová-lo.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Concessão/renovação de cartões sociais:

Com base na informação da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria Vaz Ramos; Maria de Fátima A. S. Cunha e a António Ricardo Santos, todos residentes no Monte dos Geraldos; a António Manuel Farinha Marcelino; e a Maria Luísa Mestre Francisco Casimiro, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de: Florbela Cristina Miranda Correia Tavares; Maria Felismina Marques Venâncio Colaço e de Mariana Carolina Anica, residentes em Castro Verde; e de Francisco Augusto Silva; Sebastião Fragoso Silva; e de Maria Piedade Gil, residentes em Entradas, no escalão A, e de Constança da Conceição Colaço Franco, residente em Castro Verde, e de Judite Duarte Perpétua Custódio Jerónimo, residente nas Piçarras, ambas no escalão B.
- Indeferir os pedidos de cartão social requeridos por Maria Ana Lança, residente nos Aivados e por Maria Amália Carneirinho Estaço Pratas, residente em Castro Verde, em virtude dos seus rendimentos per-capita excederem o previsto no respetivo Regulamento Municipal

O Sr. Vereador António João Colaço não participou na votação da concessão do cartão social requerido por Maria Felismina Marques Venâncio Colaço, por se tratar de seu familiar.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15, 20 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.